

*Fazemos, assim, uma pequena incursão histórica, abarcando desde a criação das primeiras escolas organizadas na era colonial e sua preocupação com a cultura. Numa segunda abordagem, cuidamos dos aspectos legislativos sobre o ensino em Angola, baseando-nos na Constituição de 2010, Capítulo III, direitos e deveres Econômica, Social e Cultural”.*

**Fernando Bumba**  
**Maria Pilar Caceres Reche**  
**María Angustias Hinojo Lucena**

# A escola primária rural de Cabinda (Angola): conceito, tipo de escola e funcionamento

## *Rural primary school in Cabinda (Angola): concept, school type and functioning*

<http://dx.doi.org/10.18316/2237-8049.2016.3>

FERNANDO BUMBA\*

MARIA PILAR CACERES RECHE\*\*

MARÍA ANGUSTIAS HINOJO LUCENA\*\*\*

### Resumo

Este trabalho objetiva a analisar, mediante o método descritivo, o conceito ou visão que as pessoas têm da escola rural, o tipo da escola rural e de que maneira ela funciona. Assim, baseando-se em um grupo de discussão cujos participantes foram os professores que trabalham na escola primária rural de Cabinda, concluiu-se que escolas rurais são todas aquelas que estão situadas nos locais mais distantes das vilas e que não beneficiam nenhum outro serviço social e os seus habitantes vivem de agricultura, caça e pesca. Não existe pleno funcionamento das escolas por escassez de recursos de gestão.

**Palavras-Chave:** Escola rural. Ensino primário. Gestão escolar. Organização escolar.

### Abstract

This paper aims to analyse, by the descriptive method, the general concept of rural school, the type of rural school and how it works. So, based on the discussion about teaching staff where participants were teachers working in

\* Doutorando pela Universidade de Granada no Curriculum, Profesorado e Instituciones Educativas; Instituto Superior de Ciencias de la Educación en Cabinda-Angola de la Universidad 11 de Noviembre, Angola; Email: [felitobumba@hotmail.com](mailto:felitobumba@hotmail.com)

\*\* Professora Doutora do Departamento de Didáctica y Organización escolar de la Universidad de Granada (UGR), Espanha; Email: [caceres@ugr.es](mailto:caceres@ugr.es)

\*\*\* Professora do Departamento de Didáctica y Organización escolar de la Universidad de Granada (UGR), Espanha; Email: [marianhl@ugr.es](mailto:marianhl@ugr.es)

rural primary school, it was concluded that: rural schools are all those which are situated in the most remote locations of towns and not benefited even other social services and its inhabitants live from agriculture, hunting and fishing. There is no full functioning of schools by privation management capabilities.

**Keywords:** Rural School. Primary school. School management. School organization.

O presente trabalho pretende constituir-se numa abordagem acerca da escola primária rural de cabinda (Angola), tendo em conta o conceito que lhe é atribuído; o tipo da escola que esta comunidade possui; e a maneira como ela funciona. Porém, como qualquer sistema educativo, o de Angola tem a sua própria história em uma política educativa, consolidada durante a opressão colonial portuguesa (ZASSALAS, 2003). Entretanto, considerando-se a vontade de realizar a escolarização de todas as crianças em idade escolar, de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos e de aumentar a eficácia do sistema educativo, foi aprovado um diploma baseado na Lei de base N.º13/01 de 31 de Dezembro.

Para uma melhor abordagem desta temática, devemos levar em consideração o seguinte pormenor:

*o sistema educativo deve, antes de mais, ser considerado como uma rede de interações complexas, que o obrigam a ter em conta a realidade social envolvente, de forma que este seja considerado como uma ilha dos restantes sistemas sociais (ALICE MENDONCE, 2009, p. 13).*

Fazemos, assim, uma pequena incursão histórica, abarcando desde a criação das primeiras escolas organizadas na era colonial e sua preocupação com a cultura. Numa segunda abordagem, cuidamos dos aspectos legislativos sobre o ensino em Angola, baseando-nos na Constituição de 2010, Capítulo III, direitos e deveres Económica, Social e Cultural". No artigo 79º, (direito ao ensino, cultura e desporto), no ponto 1 do capítulo e artigo acima, refere-se o seguinte: "o Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação" (CONSTITUIÇÃO, 2010, p. 30).

Todavia, consideramos, pois, que esse período se apresenta como um momento de viragem qualitativa no que concerne aos conceitos e às políticas ligadas ao direito à educação. Por outro lado, será importante que haja uma ligação desta abordagem debruçando-se sobre as reformas educativas que sistematicamente têm assinalado o campo educativo angolano.

No que toca especificamente à área onde ocorreu a nossa pesquisa (Cabinda), esta obedece as normas legislativas das reformas que ocorrem em Angola. Duma maneira específica, nos primórdios, a política educativa

em Cabinda não podia subscrever-se nas zonas rurais, porquanto, nessas zonas, a escola formal e o ensino não existia. Porém, apenas em 1972, com o surgimento do programa de construção das escolas nas zonas rurais denominado Cabinda, Landana, Buco-Zau e Belize, formalmente o ensino começou a fazer-se sentir, mas no sentido elitista e alienante, pois que “durante o longo período de opressão colonial portuguesa, Angola conheceu um ensino elitista e alienante, aqueles que tinham acesso ao ensino, entre os indígenas, obtiveram o nível primário” (ZASSALAS, 2003, p. 10). No caso vertente, elaborou-se a proposta de reorganização dos planos de estudos do ensino primário, o que deu início ao trabalho de pesquisa, auscultação, reflexão e ordenamento de projetos, com a participação de intervenientes de diversas instituições educativas segun Inide (2003).

Para os delineamentos e concepção de um modelo curricular, foram tidas em conta estruturas curriculares de vários países e o perfil desejável dos alunos no final do ensino primário (INIDE, 2003).

No contexto da política educativa angolana, o Ministério da Educação procurou e procura até o presente momento desenvolver o esforço de expandir à rede escolar uma cobertura de 85% das crianças em idade escolar. Apesar disso, o meio rural fica desfavorecido devido à escassez de investimento em infra-estrutura, o que torna penosa a vida no campo (DA SILVA, 2011).

Na vertente conceitual, dizer que é pouco ambicioso, por qualquer necessidade e interesse elevado para enfrentá-lo, o objectivo na tentativa de definir o conceito de escola rural (RASO SÁNCHEZ, 2012). Não só porque o termo rural carrega em si uma visão que engloba aspectos abrangentes, multidimensionais, com considerações intermináveis. Tal como declara Raso Sánchez (2012), na sua tese *La escuela rural Andaluza y su professorado antes las tecnologías de la información y la comunicación (T.I.C.s): estudio Evaluativ*, não é possível dar uma definição válida sobre a visão da área rural ou urbana, mas é preciso ter um cuidado permanente a fim de não cair numa dicotomia simplista, pois ambas as áreas estão em constante mudança.

A mudança a que se refere pode ser entendida como qualitativa ou quantitativa. Cantón (2004) acha que os centros escolares rurais reúnem um conjunto de formas de instrução que são específicas só para aquelas zonas, tendo neste caso as seguintes características:

- Há pouquíssima relação entre aluno professor;
- A forma de agrupamento geralmente não é por grau;
- Em última instância, a escola rural é o único serviço público na localidade;
- Existem dificuldades para se aceder a propriedade cultural, causando algum isolamento em seus alunos.

Ainda sobre o conceito de “rural”, no *X Colóquio Ibérico de estudios rurales*, surgem algumas visões as quais entendem por “neorurais aquelas pessoas procedentes de espaços urbanos que elegem entorno rural como um

lugar adequado para desenvolver um novo projeto vital” tal como declara Morales (2014). Esta aventura rural, para muitos, constitui uma ruptura total em sua vida. É assim que podemos entender que só há interesse das zonas rurais quando existir um negócio com benefícios singulares e não coletivos, que, no entanto, muitas vezes, em nada beneficia toda a comunidade rural.

Para o caso da escola rural de Cabinda, achamos que, diferente da urbana, ela está situada em meio ou campo o qual encontra-se nas regiões mais distantes das cidades, ou seja, municípios não classificados. Podem ser sítios não urbanizados, cuja atividade principal é a agricultura, a sevicultura, a pesca e a caça, o que implica dizer que a melhor escola rural está mais próxima de uma orientação seguidista, em que a aprendizagem circula nos meandros das atividades acima referenciadas, ligadas ao homem rural.

Qualquer desenvolvimento da escola rural, em todos sentidos, é de responsabilidade do Governo, pois, geralmente, quando se discutem propostas educacionais dos novos tempos, frequentemente coloca-se a dúvida sobre qual seria o currículo que se adequa a estas escolas, dado a diversidade existente entre elas e as escolas urbanas (TREVIZAN, 2006). Para o autor, embora se entenda que a preocupação resulte de uma história de dominação do urbano sobre o rural, neste contexto, argumenta-se a abismal diferença existente em as duas áreas. Para tal, o seu desenvolvimento pode-se dar segundo o informe *Brundtland* da ONU. Quando se fala de desenvolvimento sustentável, refere-se àquele que supre as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de cobrir as suas necessidades, apoiando-se em três pilares básicos: econômico, social e financeiro (MORALES, 2014).

De outra maneira, é necessário observarmos que, para a afirmação da escola rural de Cabinda, é preciso não só garantir condições básicas no contexto laboral dos seus funcionários, mas também as condições tecnológicas, que poderiam promover as suas ações e tentar desmistificar aquela imagem errônea que alguns têm dela como centro de alfabetização. Como dizem, “os bons exemplos são os melhores métodos” Morales (2014). As tecnologias de informação e de comunicação como recurso didático de organização podem, com a devida integração curricular, oferecer um conjunto de possibilidades a uma nova escola rural.

Porém, qualquer analogia que se possa fazer à escola rural e urbana, será entendida bastar uma definição das suas comunidades; dali, teremos, em síntese, que tipo de ensino ou escola temos na zona rural e na urbana. É importante dizer que, em qualquer caso, a escola nunca se olhou no “espelho” e nem tem essa possibilidade, nem a força e a coragem de dizer “estou sendo mal gerida”. Assim, os edifícios escolares rurais são piores do que os urbanos; os mesmo clientes, menos fiéis; a legislação menos atenta às suas particularidades; pais e mães relutantes nas novas situações que ocorrem na escola e que impediriam a deteriorização dos edifícios. Tudo isso deve-se à falta da solidariedade ou à falta de boa administração não só dos principais gestores, mas também dos populares residentes.

Achamos que, pela maneira com que as escolas rurais do ensino primário de Cabinda são tratadas, tendo em conta o tipo de estruturas, materiais com que foram construídas, a sua situação geográfica, econômica e financeira, bem como o seu contexto atual, elas se configuram como as escolas que completam apenas o número das que existem no país, e não das escolas que representam a melhor qualidade de ensino-aprendizagem. Em colaboração com as ideias do Morales (2014), temos constatado que o meio rural tem sido como um reduto do subdesenvolvimento para um paraíso de tranquilidade, um paraíso para o turismo rentável, quando queremos fugir da agitação das cidades. Para os autores, o homem do campo é visto como um ser alternativo. É desta maneira que a sua escola é encarada.

Infelizmente, Angola, numa maneira geral, está intimamente mergulhada neste péssimo conceito, embora ainda tenha um grande desafio à situação de projetos educacionais nas comunidades rurais e com um grande esforço do Governo de tentar manter e ampliar o projeto escolar rural, conforme as estratégias da expansão e desenvolvimento (2007-2015). Uma delas é a generalização e expansão do programa nacional de alfabetização para mulheres rurais e pessoas portadoras de deficiências. Mesmo assim, ainda assistimos a um nível de qualidade deficitária das escolas nas zonas rurais, quer do ponto de vista de criação das condições funcionais e materiais dos seus colaboradores, quer do ponto de vista da construção das salas em condições perfeitas, a sua conservação, reabilitação ou manutenção para a boa qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos.

No caso vertente, em relação à infra-estrutura física, isto é, às salas de aula, na Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação do Governo da República de Angola (2001-2015), os dados estatísticos compilados sobre a rede escolar são ainda mais escassos, limitando-se ao número de salas de aulas utilizadas pelos alunos, tal como se apresentam os seguintes postulados:

*-no ano lectivo de 1998, a média nacional do rácio aluno/ professor era de 42. A média nacional esconde diferenças importantes, que denotam a existência de disparidades assinaláveis. É possível encontrar nas zonas urbanas um professor à frente de 70 alunos;*

*-a situação das salas de aulas no país é lamentável sobretudo no I nível de ensino de base regular, cuja oferta educativa é inferior à procura, propondo estimar-se que apenas um em cada dois candidatos à inscrição na 1ª classe consegue lugar nos estabelecimento de ensino existentes.*

*-a utilização dos equipamentos, as enormes carências que afetam o sistema escolar e a inexistência de uma manutenção permanente e eficaz dos edifícios conduziram a uma degradação acentuada da maioria dos estabelecimentos de ensino do I nível e consequentemente provocou o aumento da relação alunos/salas de aulas na maioria das províncias (acima de 40 alunos).*

Sendo assim, nas condições acima referidas, mostra-se que o processo de ensino-aprendizagem terá necessariamente de se ressentir com evidentes prejuízos para o rendimento escolar. Com isto, conhecendo as características das escolas rurais, alvo da nossa pesquisa, e tendo em conta as estatísticas da escola urbana acima, que desenho da escola rural temos, já que ela é sempre refletida para um segundo plano? Acreditamos que, dificilmente, contamos com uma escola atuante nas zonas rurais em Cabinda, porquanto, para além de algumas salas de aulas degradadas, temos a falta de iluminação elétrica ou água. Temos também alguns professores sem qualificações académicas profissionais relevantes, e, o mais agravante: todo professor que fosse identificado com atos de indisciplina nas escolas urbanas, como castigo, seria transferido para escolas rurais.

No mínimo, um indivíduo cuja atitude não corresponde aos ideais educativos não pode exercer a atividade da docência. Ao colocar um professor indisciplinado numa escola rural, subentende-se que não existe uma vontade política para o desenvolvimento das escolas nas zonas rurais de Cabinda. Entretanto, é possível um professor com comportamento inadequado poder de algum modo transmitir boa experiência aos seus alunos? Isto fica para uma reflexão conjunta. Seria ideal se a escola rural em Cabinda fosse tratada e enquadrada no programa da educação sustentável a que são submetidas as escolas urbanas.

Assim, atendendo-se ao problema subjacente, estabeleceu-se a metodologia a seguir. Na perspectiva do Sousa e Baptista (2011), a metodologia é uma descrição de um conjunto de passos para a elaboração de um trabalho de pesquisa; ela consiste num processo de selecção judicioso das técnicas de esquadramento, que dum ou de outra maneira condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados que devem ser adequadas aos objectivos que se pretende atingir. No caso concreto desta pesquisa, trata-se de uma metodologia qualitativa, tendo-se baseado num grupo de debate de professores entendidos que estão há mais tempo nas escolas primárias das zonas rurais, pois, segundo Godoi (2013), a única forma de discussão em qualquer área de investigação é cada integrante exprimir de forma aberta as suas motivações.

Como resultados da discussão, as escolas rurais são todas aquelas que estão situadas nos locais mais distantes das vilas, não tendo luz ou água, e, fora dela, não possuindo nenhum outro serviço social. Os seus habitantes vivem de agricultura, caça e pesca. Quanto ao tipo, algumas escolas foram construídas na era colonial e, mesmo tendo boas construções, elas já se encontram degradadas. Algumas construções são recentes, mas já não correspondem aos níveis tecnológicos da exigência atual.

A outra constatação é que, em algumas aldeias, as estruturas físicas escolares não existem: o seu funcionamento ocorre nas capelas e, em algumas circunstâncias, ao ar livre, ou ainda embaixo de árvores (aproveitando a sua sombra).

## Referências

---

- CANTÓN, Isabel. *Intervencion Educativa en la sociedade del conocimiento*. Granada: Grupo Editorial Universitario, 2004.
- Constituição angolana. 1 ed. Luanda: Imprensa nacional – E. P., 2010.
- DA SILVA, Eugénio Alves. *Educação no Meio Rural em Angola: Tradição, (DES) Igualdade de Género e Cidadania*. XI Congresso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II Campos de Ondina. Salvador, 2011.
- GODOI, Christiane Kleinübing. *Grupo de Discussão Prática Grupal de pesquisa Qualitativa: possibilidades abertas aos estudos organizacionais*. IV Encontro de Ensino de Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília. 2013.
- GOVERNO DA REÚBLICA DE ANGOLA. *Estratégias de Intervenção, 2001-2015*. II Parte. Luanda.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias Integrada Para a melhoria do Sistema de Educação, 2001-2015*. Preparação e organização: conselho de Ministros. Coordenação metodológica: Ministério do Planeamento. Tratamento e Processamento de dados: Ministerio da Educação. Aprovação: Conselho de Ministro. Luanda, 2001.
- INIDE. *Caracterização Global do Contexto angolano e respectivo sistema educativo: Reforma curricular*. Luanda, 2003.
- Lei da reforma educativa. Luanda - Angola Lei de base 13/1, Dezembro. 2001.
- MENDONÇA, Alice. *O Insucesso escolar: Políticas Educativas e Práticas Sociais*. Um Estudo de Caso Sobre o Arquipélago de Madeira. Lisboa: Editora, 2009
- MORALES, E. *Nuevos pobladores en el medio rural. Una apuesta por l sostenibilidad rural. El caso de Amayuelas da Abajo*. Universidad de Valladolid. X coloquio Ibérico de estudios rurales, 2014.
- RASO SÁNCHEZ, Francisco. *La Escuela Rural Andaluza y su professorado ante las Tecnologías de La información y La comunicación (T.I.Cs): estudio Evaluativo*. Apresentado para aspirar AL grado de Doutor europeu por La Universidad de Granada, 2012.
- RODRIGUES, William Costa. *Metodologia Científica*. FAETEC/IST. Paracambi. 2007.
- SOUSA, Maria José; BAPTISTA, Cristiano Sales. *Como Fazer Investigação*. Dissertação, Tese e Relactório Segundo Bolonha. 3 ed. Lisboa: Edições Técnicas, 2011.
- TREVIZAN, Mônica de Souza. *O que é rural? O que é urbano? E a educação?* 2006. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br>>. Acesso em: 6 mai. 2015.
- ZASSALA, Carlinho. *Orientação Escolar e Profissional em Angola*. 1 ed. Luanda: Edições Kulonga, 2003.